

Demonstrações financeiras

Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN

31 de dezembro de 2011 e 2010 com Relatório dos
Auditores Independentes

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores da
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
Camaçari - BA

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Parágrafo de ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia é parte em processo judicial, pendente de decisão definitiva por parte do Poder Judiciário, no qual discute-se a manutenção de vias de acesso alternativas (“rotas de fuga”) municipais, bem como a suspensão do bloqueio dessas vias pela Companhia. A Administração da Companhia, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que o bloqueio das vias alternativas de acesso está amparado pelo Contrato de Concessão e, conseqüentemente, acredita no desfecho favorável da pendência jurídica, essencial para o alcance e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Sendo assim, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Salvador, 29 de fevereiro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - BA



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650-O-0

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2011	31/12/2010
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.768	1.829
Impostos a recuperar		436	280
Despesas antecipadas		145	186
Depósitos judiciais		179	248
Outros		131	150
Total do ativo circulante		5.659	2.693
Não circulante			
Aplicações financeiras	5	2.065	2.400
Imobilizado	6	1.104	833
Intangível	7	85.798	75.572
Total do ativo não circulante		88.967	78.805
Total do ativo		94.626	81.498
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	3.524	3.740
Fornecedores		2.884	2.344
Impostos, taxas e contribuições a recolher		473	464
Obrigações com empregados e administradores		1.371	1.324
Outros		220	213
Total do passivo circulante		8.472	8.085
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	32.254	20.223
Juros sobre capital próprio	16	1.360	1.360
Impostos diferidos	17	2.819	1.914
Provisões para contingências	9	85	-
Total do passivo não circulante		36.518	23.497
Patrimônio líquido			
Capital social	10	31.394	31.394
Reserva de capital		777	1.573
Reservas de lucros		295	295
Lucros (prejuízos) acumulados		-	(516)
Total do patrimônio líquido		32.466	32.746
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	17.170	17.170
Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital		49.636	49.916
Total do passivo e patrimônio líquido		94.626	81.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação expresso em reais)

	Notas	31/12/2011	31/12/2010
Receita operacional líquida	11	26.181	23.950
Receita de construção		13.505	1.657
Custo dos serviços prestados		(17.686)	(17.523)
Custo da obra		(13.137)	(1.609)
Lucro bruto		8.863	6.475
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	12	(6.562)	(4.685)
Outras receitas, líquidas		(40)	2.237
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		2.261	4.027
Receitas financeiras	13	992	429
Despesas financeiras	13	(2.644)	(2.102)
Resultado antes dos impostos		609	2.354
Imposto de renda e contribuição social	17	(889)	(1.208)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(280)	1.146
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações - R\$		(8,92)	36,50
Quantidade de ações		31.393.516	31.393.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Reserva de Capital		Reservas de Lucros				Subtotal	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Total
	Capital Social	Reserva de Redução de Imposto de Renda	Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Para Investimentos	Prejuízos Acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2009	31.394	1.573	293	2	3.981	(5.643)	31.600	17.170	48.770
Absorção de prejuízos com reserva	-	-	-	-	(3.981)	3.981	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.146	1.146	-	1.146
Saldos em 31 de dezembro de 2010	31.394	1.573	293	2	-	(516)	32.746	17.170	49.916
Saldos em 31 de dezembro de 2010	31.394	1.573	293	2	-	(516)	32.746	17.170	49.916
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(280)	(280)	-	(280)
Absorção de prejuízos com reserva	-	(796)	-	-	-	796	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	31.394	777	293	2	-	-	32.466	17.170	49.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos	609	2.354
Ajustes para reconciliar o resultado do período com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Amortização e depreciação	3.419	3.373
Margem de construção	(368)	(48)
Variações monetárias e encargos, líquidos	2.616	2.091
Baixa de imobilizado e intangível	157	19
Outros	210	(184)
	6.643	7.605
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(156)	7
Aplicações financeiras de longo prazo	336	590
Despesas antecipadas	21	(120)
Depósitos judiciais	69	4.617
Outros ativos	41	42
	311	5.136
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	540	1.505
Salários, provisões e encargos sociais	47	65
Impostos, taxas e contribuições a recolher	9	(4.588)
Outros passivos	8	123
	604	(2.895)
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	7.558	9.846
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado e intangível	(13.705)	(2.056)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(13.705)	(2.056)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos com terceiros	15.500	-
Amortização de empréstimos com terceiros	(6.414)	(6.937)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	9.086	(6.937)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	2.939	853
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.829	976
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.768	1.829
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	2.939	853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

a) Informações sobre a Companhia

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN ("CLN" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA – Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA.

A Companhia tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infra-estrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000.

Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o Termo Aditivo de Re-Ratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a Companhia e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA (agência reguladora). Também ficou determinada a prorrogação do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035.

Nesse mesmo Termo Aditivo foram determinados novos prazos para conclusão das obras, previstas no Contrato de Concessão. Em virtude da abertura de "rotas de fuga" por iniciativa da Prefeitura Municipal de Camaçari, conforme detalhado mais adiante, a Companhia vem enfrentando uma considerável queda em suas receitas operacionais, o que levou a suspensão das obras. A expectativa da Companhia é de que a questão das "rotas de fuga" seja solucionada durante o ano de 2012, ficando a conclusão das obras conforme abaixo:

<u>Etapas</u>	<u>Conclusão</u>
Ponte Rio Pojuca	Dezembro/2012
Linha Verde e acessos	Dezembro/2012
Duplicação Itacimirim/Praia do Forte	Dezembro/2012

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente, além de encargos e ônus decorrentes de multas por quebra de contrato com fornecedores e indenização por remuneração do capital pelo rompimento antecipado calculada com base na margem da receita prevista para o restante da concessão.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Vias alternativas

Em 3 de outubro de 2005, a Prefeitura Municipal de Camaçari moveu contra a Companhia, medida cautelar pleiteando a manutenção das vias de acesso “alternativas” (rotas de fuga) municipais, bem como liminar suspendendo as ações de bloqueio dessas vias pela Companhia. A Companhia apresentou recurso obtendo, em 7 de março de 2006, a revogação da referida liminar, considerando que a perda de receitas proveniente da evasão de pedágio afeta o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em agosto de 2006, a 1ª Vara Cível de Camaçari julgou em primeira instância procedente a ação, determinando a abertura das vias de acesso “alternativas”. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento no Tribunal de Justiça da Bahia que foi julgado improcedente e, posteriormente, Embargos de Declaração o qual foi negado provimento pela 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia. Em 27 de junho de 2008, a Companhia protocolou no TJ-BA, Recurso Especial e Extraordinário para apreciação da admissibilidade. Caso os recursos sejam admitidos, serão encaminhados para as instâncias superiores para julgamento.

A Administração entende, com base na opinião de seus assessores legais, que o bloqueio das rotas de fuga está amparado pelo Contrato de Concessão celebrado com o Governo do Estado da Bahia e que não é pertinente a fundamentação apresentada pela Prefeitura Municipal de Camaçari de disponibilização de vias alternativas, uma vez que esta não possui autorização formal do poder concedente para manutenção de vias de acesso municipais à rodovia BA-099 (rodovia estadual). Paralelamente, a Companhia anexou ao processo em questão a certidão expedida pelo DERBA, em 20 de março de 2001, que menciona as vias de acesso alternativo à rodovia BA-099, as quais não consideram as vias de acesso municipal.

c) Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 2.813 (R\$ 5.392 em 31 de dezembro de 2010) em função, principalmente, dos compromissos firmados com o Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil para viabilização dos investimentos na rodovia BA-099 e, ainda, da redução das receitas de pedágio como consequência da abertura de rotas de fuga mencionada anteriormente.

A Administração da Companhia entende que a geração de caixa operacional permitirá o pagamento dos passivos de curto prazo, bem como se caso esta não seja suficiente, os acionistas efetuarão os aportes de recursos necessários à manutenção da Companhia.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações financeiras em 28 de fevereiro de 2012.

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem demonstrados.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores estão demonstrados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6404/76, alteradas pela Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09), e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, revisão da margem de construção utilizada para o reconhecimento de receita de construção e análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

a) Apuração do resultado--Continuação

Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a Deliberação CVM 576/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção. A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo, presente no contrato de concessão pública (Interpretação técnica ICPC 01 e Orientação OCPC 05 - Contratos de Construção), uma vez que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC), mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos conforme informados na nota explicativa 18.

ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido assim designado no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

iii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem basicamente outros créditos.

iv) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

iv) Passivos financeiros não derivativos--Continuação

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e fornecedores. Os passivos financeiros de empréstimos, financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos de caixa e saldos positivos em contas bancárias possuem liquidez imediata, e estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

d) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas na categoria “mantidos até o vencimento”. Encontram-se registrados ao valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados a seu valor de realização.

e) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses possam operar da forma pretendida pela Administração e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Imobilizado--Continuação

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é computada pelo método linear, na abordagem por componentes, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 6.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

A Companhia optou por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que o custo histórico, deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, melhor representa os seus valores de aquisição de maneira consistente aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27.

f) Intangível

Compreende basicamente o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 – Ativos Intangíveis, ICPC 01 – Contratos de Concessão e o OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, a qual de acordo com a respectiva vida útil dos bens componentes da infraestrutura durante o período da concessão, previsto no contrato assinado com o Poder Concedente, e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

f) Intangível--Continuação

De acordo com o ICPC 01/OCPC 05, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativo imobilizado ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Modelo ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) relativo à concessão e resulta no registro de um ativo intangível.

Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável

g) Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01

O imobilizado, intangível, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A Administração efetuou a análise de seus ativos em 31 de dezembro de 2011, conforme CPC 01 e concluiu não ser necessária provisão para redução do valor de recuperação de seus ativos.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

h) Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

i) Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Tributo</u>	<u>Sigla</u>	<u>Alíquotas</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%
Imposto Sobre Serviços	ISS	5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS. As provisões para o imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas de 15% mais adicional de 10% e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

Benefício fiscal

Até 31 de dezembro de 2011 a Companhia gozou de redução de 75% do imposto de renda a pagar em relação ao lucro da exploração da concessão, podendo ser prorrogado por dois anos com a redução da alíquota para 12,5%. Para atendimento ao CPC 07, a Companhia, passou a reconhecer as subvenções para investimentos diretamente em contas de resultado.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Estimativas contábeis--Continuação

imobilizado; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

l) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03.

m) Contratos de concessão – ICPC 01

A Companhia efetua testes de recuperabilidade nos ativos intangíveis relativos a concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme o ICPC 01 e o OCPC 05 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. Adicionalmente, contabiliza os gastos com a infraestrutura da concessão conforme o CPC 17- Contratos de construção, ou seja, todo gasto com infraestrutura da concessão é contabilizado como custo da construção no resultado do exercício. A receita de construção tem como contrapartida o intangível. A margem de construção é apurada de forma suficiente a cobrir a responsabilidade primária da concessionária e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, considerando que há terceirização da obra.

Na adoção do ICPC 01 foi transferido todo o imobilizado que foi construído com o intuito de prover a concessão de infraestrutura para a operação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos conta movimento	816	949
CDB (a)	3.952	830
Títulos de capitalização (b)	-	50
	<u>4.768</u>	<u>1.829</u>

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

- (a) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, remunerados pela taxa de 96% a 100% do CDI e foram realizadas com bancos de reconhecida liquidez e possibilidade de resgate imediato e insignificante risco de mudança de valor.
- (b) Referem-se à títulos de capitalização remunerados pela taxa básica da caderneta de poupança.

5. Aplicações financeiras – não circulante

As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante R\$ 2.065 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 2.400 em 31 de dezembro de 2010) referem-se a aplicações em CDB do Banco do Nordeste do Brasil remuneradas a 96% do CDI e mantidas até o vencimento pela Companhia por estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido por essa instituição para concessão do financiamento, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação.

6. Imobilizado

Descrição	Taxas médias	31/12/2011		31/12/2010	
	anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	10	1.257	(1.170)	87	43
Móveis e utensílios	10	367	(153)	214	116
Veículos	20	1.304	(723)	581	627
Equipamentos de informática	20	793	(584)	209	43
Outros	25	16	(3)	13	4
Total		3.737	(2.633)	1.104	833

Segue abaixo a movimentação do imobilizado:

	Saldos em			Saldos em
	31/12/2010	Adições	Baixas	31/12/11
Custo				
Máquinas e equipamentos	1.289	59	(91)	1.257
Móveis e utensílios	249	118	-	367
Veículos	1.187	258	(141)	1.304
Equipamentos de informática	550	251	(8)	793
Outros	6	10	-	16
Total	3.281	696	(240)	3.737
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	(1.246)	(10)	86	(1.170)
Móveis e utensílios	(133)	(20)	-	(153)
Veículos	(560)	(220)	57	(723)
Equipamentos de informática	(507)	(85)	8	(584)
Outros	(2)	(1)	-	(3)
Total	(2.448)	(336)	151	(2.633)
Imobilizado líquido	833	360	(89)	1.104

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Imobilizado--Continuação

De acordo com o CPC 01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2011, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

7. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão da Companhia e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição.

	31/12/2011		31/12/2010	
	Taxas médias anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
	%			Líquido
Custo				
Software	20	140	(102)	38
Direito de concessão de serviços públicos	(*)	94.478	(8.718)	85.760
Outros	10	127	(127)	-
Total		94.745	(8.947)	85.798

Segue abaixo a movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/2010	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2011
Custo				
Software	130	10	-	140
Direito de concessão de serviços públicos	81.186	13.367	(75)	94.478
Outros	127	-	-	127
Total	81.443	13.377	(75)	94.745
Amortização				
Software	(85)	(17)	-	(102)
Direito de concessão de serviços públicos	(5.666)	(3.059)	7	(8.718)
Outros	(120)	(7)	-	(127)
Total	(5.871)	(3.083)	7	(8.947)
Intangível líquido	75.572	10.294	(68)	85.798

(*) A amortização do direito de concessão é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infra-estrutura de Transporte da Bahia – DERBA. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía obras em andamento, no montante de R\$ 305, referente a duplicação da rodovia no trecho Itacimirim/Praia do Forte.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Moeda	Encargos anuais	Vencimento	31/12/2011	31/12/2010
BB – Capital de giro	Reais	CDI+1,25%	Mar/2011	-	440
HSBC	Reais	CDI+1,51%	Abr/2016	15.780	-
BNB – FNE – Proinfra	Reais	9,5%	Nov/2017	20.295	23.523
				36.075	23.963
(-) Custos de transação a apropriar				(297)	
				35.778	
Circulante				3.524	3.740
Não circulante				32.254	20.223

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	2011	2010
2012	-	3.171
2013	5.623	3.241
2014	8.413	3.311
2015	8.521	3.382
2016	6.069	3.490
2017	3.628	3.628
Total	32.254	20.223

Os recursos captados junto ao Banco do Nordeste do Brasil são oriundos do FNE-PROINFRA, estão sendo amortizados em parcelas mensais desde dezembro de 2007, incidindo juros de 9,5% a.a. com bônus de adimplência de 15%.

Os juros referentes aos recursos captados junto ao HSBC Bank Brasil S.A – Banco Múltiplo, serão amortizados semestralmente e o principal, após 02 anos de carência, a uma taxa pré-fixada de 1,51% a.a. e encargos indexados à 100% do CDI Cetip. O referido financiamento possuiu custos de transação no montante de R\$ 297 que serão amortizados linearmente no prazo do empréstimo.

Garantias:

- O financiamento do Banco do Nordeste do Brasil é garantido pelo penhor de ações ordinárias e fiança da controladora Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar, fundo de liquidez equivalente a aproximadamente 10% do seu saldo devedor no montante de R\$2.065 em 31 de dezembro de 2011 (Vide Nota Explicativa nº 4), bem como a vinculação de recebíveis da receita total diária da arrecadação de pedágio e a cessão de indenização em caso de perda de arrecadação.
- O financiamento do HSBC Bank Brasil S.A – Banco Múltiplo têm como garantia o Aval da controladora da Companhia, a Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A – Invepar.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Contingências

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia apresenta os valores abaixo, separados por natureza, identificados como contingência provável:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Trabalhistas (a)	108	49
Cíveis (b)	21	11
	<u>129</u>	<u>60</u>

- (a) Trabalhistas - referem-se, basicamente, a processos de reclamações trabalhistas de ex-funcionários da Companhia.
- (b) Cíveis - referem-se, basicamente, a processos judiciais sobre responsabilidade civil da Companhia de autoria dos usuários da via.

Os processos judiciais considerados como perda possível somam R\$ 1.081 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 7.260 em 31 de dezembro de 2010).

Além dos processos acima, a Companhia vem discutindo judicialmente processo referente a vias de acesso "alternativas" (rotas de fuga) municipais, conforme descrito na Nota Explicativa 1.b.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é de R\$ 31.394 e está representado por 31.393.516 ações sem valor nominal, sendo 10.467.476 ordinárias e 20.926.040 preferenciais classe A, que para efeito de subscrição têm valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

O capital social autorizado é de 32.000.000 de ações.

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações. As ações preferenciais classe A, que não têm direito a voto e não são conversíveis em ordinárias, fazem jus às seguintes vantagens:

- I. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
- II. Direito a dividendo mínimo de R\$0,01 (um centavo de real) por lote de mil ações.
- III. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas de qualquer natureza.
- IV. Direito integral a todas as bonificações e desdobramentos que venham a ser deliberados a partir da data da respectiva subscrição, sempre em ações da mesma classe das bonificadas ou desdobradas.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

V. Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia sem prêmio.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está assim constituída:

Acionistas	Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – INVEPAR	10.463.004	18.257.592	28.720.596
Odebrecht Transport Participações S.A.	-	2.668.448	2.668.448
Brasil Telecom S.A.	4.456	-	4.456
Outros	16	-	16
Total	10.467.476	20.926.040	31.393.516

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Acionistas	31/12/2011	31/12/2010
INVEPAR	15.711	15.711
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - CNO	1.459	1.459
	17.170	17.170

O adiantamento para futuro aumento de capital foi originado de contratos de mútuo celebrados com as investidoras, os quais foram convertidos a valor histórico em AFAC depois de autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia. Nos instrumentos particulares de conversão, datados de 2 de junho e 1º de setembro de 2004, as respectivas controladoras Invepar e Odebrecht, autorizaram a conversão de seus créditos em AFAC, convencionando porém que, se por qualquer motivo, as etapas das obras sofrerem atrasos nos prazos previstos para a conclusão, a capitalização fica automaticamente prorrogada.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1, o andamento das obras está suspenso, aguardando decisão judicial sobre o fechamento das “rotas de fuga”. A administração da Companhia estima que o cronograma para conclusão das obras e capitalização do AFAC seja conforme apresentada a seguir:

Etapas	Data prevista para conclusão das obras	Percentual de capitalização	Valor a capitalizar	Data prevista para Capitalização
Duplicação até Guarajuba	2009 (*)	17%	2.919	Abril/12
Duplicação até Itacimirim	2011 (*)	21%	3.606	Abril/12
Recuperação Linha Verde	2012	40%	6.868	Abril/13
Duplicação até Praia do Forte	2012	22%	3.777	Abril/13
Total			17.170	

(*) Obra concluída

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Patrimônio líquido--Continuação

b) Adiantamento para futuro aumento de capital--Continuação

Conforme a cláusula 2ª do instrumento de conversão, o valor convertido para AFAC não poderá ser devolvido ou creditado para quitação, no seu valor parcial ou total.

c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2011, conforme artigo 189 da Lei 6.404/76, a Administração da Companhia está propondo a absorção de prejuízos acumulados com a reserva de capital, no montante de R\$776, "ad referendum" da Assembleia Geral dos Acionistas.

d) Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia.

11. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita de pedágio	<u>28.660</u>	26.218
	28.660	26.218
ISS	(1.433)	(1.311)
PIS	(186)	(170)
COFINS	(860)	(787)
	(2.479)	(2.268)
Receita operacional líquida	<u>26.181</u>	<u>23.950</u>

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão assim representadas:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Pessoal	2.173	2.003
Participação nos resultados	641	425
Despesas jurídicas	276	342
Segurança patrimonial	554	495
Marketing	273	407
Publicação e anúncios	106	55
Conservação e limpeza predial	237	217
Impostos e taxas	90	76
Contabilidade/Auditoria	121	139
Segurança e higiene do trabalho	43	48
Transporte de valores	48	43
Doações	344	-
Assessoria e Consultoria (a)	1.119	-
Outros	537	435
Total	6.562	4.685

(a) Assessoria e consultoria refere-se basicamente a rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo ao qual a Companhia pertence, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Esses valores estão classificados como despesas administrativas com assessoria.

13. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	983	422
Outros	9	7
Total das receitas financeiras	992	429
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(28)	(10)
Juros passivos sobre empréstimos	(2.616)	(2.092)
Total despesas financeiras	(2.644)	(2.102)
Total	(1.652)	(1.673)

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Seguros

A Companhia mantém seguro garantia e seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, conforme demonstrado abaixo:

Modalidade	Cobertura	Vigência	Seguradora	Objeto
Seguro garantia	4.610	22/02/11 a 22/02/12	J. Malucelli	(a)
Responsabilidade civil geral	25.000	01/08/11 a 01/08/12	Tokio Marine	(b)
Riscos operacionais	180.000	01/08/11 a 01/08/12	Tokio Marine	(c)

- (a) Garantir a execução das obrigações firmadas assumidas pela Companhia no Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado em 21 de fevereiro de 2000.
- (b) Garantir, até o limite máximo da importância segurada, o pagamento de indenizações ao segurado das quantias pelas quais ele vier a ser responsabilizado civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresse pela seguradora, relativas a reparações por danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros.
- (c) Garantir os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cobertura contratada e expressamente identificada na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nessas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observados os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura, disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

15. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação e alargamento das rodovias. Estão previstas obras para as quais não existe cronograma físico-financeiro definido, como segue:

Etapas

Construção da ponte sobre o Rio Pojuca
Restauração do pavimento da Linha Verde e acessos
Duplicação do trecho Itacimirim/Praia do Forte

Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura para que a mesma possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e mais conforto aos usuários.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Transações e saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, exceto pelos saldos referentes a adiantamento para futuro aumento de capital divulgado na Nota Explicativa nº 10 e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.360, a CLN não possui saldos provenientes de transações com partes relacionadas. Adicionalmente, a Companhia não possui qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

Remuneração dos Administradores

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, gratificações, previdência privada, assistência médica, totalizaram R\$ 932 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 766 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010), conforme demonstrado a seguir:

Composição	31/12/2011			31/12/2010		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Honorários	492	-	492	469	15	484
Encargos/Benefícios	440	-	440	279	3	282
Total	932	-	932	748	18	766

17. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia constituiu impostos diferidos passivos referentes a adoção inicial das normas ICPC 01 e OCPC 05 referente a contabilização de concessões, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 – Tributação.

17.1 – Impostos diferidos passivos

Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.914
Estorno da depreciação do imobilizado – 2011	5.693
Amortização do intangível referente a concessão	(3.059)
Depreciação do ativo imobilizado	(336)
Margem de Construção	368
Total das diferenças temporárias	2.666
Alíquota combinada – IR e CSL	34%
Subtotal	906
Realização - IR e CSL – 2011	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.819

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

17.2 – Reconciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	609	2.354
Alíquota combinada - IR e CSSL	34%	34%
	208	800
Diferenças temporárias	1.006	1.012
Adição de provisão PLR	218	145
Adição de despesas com brindes	37	30
Exclusão de receita com indenização de seguros	(30)	(708)
Reversão PLR	(148)	(133)
Outras adições (exclusões)	(402)	62
Subtotal	681	408
Imposto de renda e contribuição social no resultado	889	1.208

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2011 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos e fornecedores. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

i) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

▶ Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado.

▶ Empréstimos e financiamentos

O valor de mercado não foi determinado pelas seguintes razões: (i) não são objeto de transação em nenhum mercado; e (ii) eventuais antecipações de pagamentos (pré-pagamentos) só podem ser feitos mediante aprovação do credor e pelo saldo devedor atualizado pela taxa e indicadores especificados nos contratos.

A operação da Companhia está sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

c) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente se houver necessidade de proteção de passivos, seja de natureza operacional ou financeira, ou ainda, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com essa finalidade, sendo vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía operações com hedge.

d) Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, nos valores de R\$ 6.017 e R\$ 35.778, respectivamente em 31 de dezembro de 2011.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- ▶ Nível 1: preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- ▶ Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham um efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- ▶ Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis de mercado.

Conforme permitido pelo CPC 37, a Companhia não divulgou informações comparativas da hierarquia do valor justo e divulgações de liquidez.

e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos os quais não estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos de *hedge*.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros --Continuação

No quadro a seguir, são considerados: (i) três cenários, sendo cenário provável o adotado pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do

cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475 determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
HSBC - Capital de Giro	CDI	(5.732)	(7.165)	(8.598)
Referência para passivos financeiros				
CDI (% ao ano)		10,81%	13,51%	16,22%

Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Empréstimos e financiamentos	35.778	23.964
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	6.833	4.229
Dívida líquida	28.945	19.735
Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital	49.636	49.916
Índice de alavancagem financeira	58%	40%

* * *